

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO ESCOLAR E A BIOGRAFIA DOS OBJETOS: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Fabíola Mattos Pereira*

CaVG / IFSul, PPGCS / PUCRS

Diego Ribeiro**

Museologia / PPG em Memória e Patrimônio / UFPel

RESUMO

O artigo discute, a partir da constituição de um acervo numa instituição de ensino em Pelotas – RS, a agência de objetos documentais. Além disso, aborda a relação de objetos e documentos e sua importância no contexto social do qual fazem/fizeram parte inserindo-os como aliados no processo de rememoração de indivíduos, grupos e instituições. Enfatiza-se a concepção dos objetos como documentos que, uma vez acionados, se transformam em potentes indicadores de uma memória institucional e coletiva. Tais materiais são analisados no contexto de uma pesquisa em andamento desde 2014, sobre memória e assistência, e que toma por objeto as práticas e discursos institucionais de um lado e as vozes, nem sempre manifestas, de estudantes e suas famílias, de outro. Através dos documentos, imagens, peças de vestuário, dentre outros, compreendemos que os objetos servem e têm a potencialidade de evocar e fixar memórias em sua materialidade. A abordagem metodológica toma por referência a etnografia documental que, através da ênfase estar com os objetos documentais, tem possibilitado acessar os significados das escritas e, igualmente, de objetos que integram o acervo em questão.

PALAVRAS-CHAVE: documentos, acervos, objetos, memórias.

Abstract

The article aim to discuss the constitution of a collection at an educational institution in Pelotas – RS, the agency of documentary objects. Addresses the relations of objects and documents and their relevance in the social context of which they are/were part by inserting them as allies in the recall process of individuals, groups and institutions. It emphasizes the design of objects as documents, once triggered become potent indicators of institutional and collective memory. Such materials are analyzed in the context of an ongoing research since 2014, on memory and assistance, and that takes as its object the practices and institutional discourses on one side and the voices do not always manifest, students and their families on the other. Through documents, pictures, garments and others, we understand that objects serve and have the capability to evoke memories and set in its materiality. The methodological approach taken by reference to documentary ethnography, that by emphasizing being with the documentary objects, have made it possible to access the meanings of written and also of documentary objects that are part of the collection concerned.

Keywords: Documents. Collections. Objects. Memory.

* Docente CaVG/IFSul, Doutoranda e bolsista CAPES PPGCS – PUCRS. Avenida Ildefonso Simões Lopes, 2791 / Pelotas – RS. (53) 8115-5540. faby_mattos@yahoo.com.br

** Professor Adjunto do Curso de Bacharelado em Museologia UFPel e PPG em Memória e Patrimônio. Rua Lobo da Costa 1877 / Pelotas – RS. (53) 9155-5039. dlrmuseologo@yahoo.com.br

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO ESCOLAR E A BIOGRAFIA DOS OBJETOS: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Introdução e contexto de pesquisa

A constituição de um acervo numa instituição de ensino técnico profissional de nível médio e superior conhecida atualmente por *Campus Pelotas – Visconde da Graça (CaVG)*, situada na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, é o pano de fundo que inspirou a realização do artigo. A instituição, fundada em 1923, surge como Patronato Agrícola seguindo as políticas centrais do Ministério da Agricultura, voltada ao atendimento dos *menores desvalidos*. Desde sua criação, com o objetivo de prover instrução educacional e inserção profissional aos “menores abandonados ou sem meios de subsistência por falta de ocupação legítima”¹, a instituição conjuga o ensino profissional a uma política de acolhimento institucional de jovens oriundos de diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles em condição de vulnerabilidade social.

A sobrevivência de tal modo de organização institucional², mesmo passados tantos anos desde sua fundação, despertou atenção para a análise dos modos como a assistência ao estudante se estruturou, quais concepções se pautaram e de que modo atuaram e têm atuado para selecionar e classificar os estudantes a serem contemplados em algum benefício³. A

¹ Decreto nº 12,893, de 28 de Fevereiro de 1918, que autoriza a criação dos Patronatos Agrícolas no Brasil.

² Cabe ressaltar que o CaVG dispõe atualmente de alojamentos masculino e feminino, com capacidade máxima para até 100 estudantes. A partir de 2013, e observando as orientações da Promotoria da Infância e Juventude de Pelotas, no internato do CaVG poderão permanecer apenas estudantes menores de idade, sendo oferecido àqueles que completarem maioridade a passagem automática para o benefício auxílio moradia. Registra-se, ainda, que os estudantes internos possuem direito ao auxílio alimentação integral (cinco refeições diárias), auxílio transporte urbano (para deslocarem-se do *Campus* até a rodoviária) e auxílio transporte intermunicipal (para deslocarem-se da rodoviária até suas cidades de origem).

³ Atualmente, o ingresso em qualquer auxílio da assistência se dá mediante inscrição e apresentação de documentação comprobatória por parte do estudante e sua família, a qual será analisada por assistentes sociais. O edital para ingresso nos benefícios é aberto a todos os estudantes que, após matrícula, poderão se inscrever. No entanto, ao longo da história institucional foram identificadas diferentes formas de ingresso e critérios de seleção para elencar os selecionados. A fim de exemplificar, tomamos como referência o ano de 1923 quando na inauguração, em outubro daquele ano, todos os estudantes foram matriculados por ordem do Juiz de Órfãos do município de Pelotas. Em desuso tal metodologia na década de 1940, as solicitações necessitavam ser entregues por familiar ou responsável do/pelo estudante diretamente ao Diretor do Patronato. Os referidos documentos deveriam estar acompanhados de comprovantes, como atestado de pobreza, atestado de não possuir antecedentes criminais, comprovação assinada pelo Prefeito ou por pessoa de notório reconhecimento público, de origem rural, dentre outros.

escolha pela temática da assistência, além de estar vinculada à questão histórica de atendimento aos estudantes – os desvalidos de outrora e os vulneráveis da atualidade –, encontrou amparo no volume documental abrigado pela instituição e nomeado por arquivo morto, que até 2014 era utilizado para pesquisas específicas do Departamento de Pessoal quando requerido por trabalhadores já aposentados ou em vias de se aposentar.

A análise sobre o processo de pesquisa em curso levou-nos a pensar na experiência com os documentos e nas possibilidades de críticas que poderiam ser estabelecidas. Buscamos, a partir da pesquisa, uma nova relação com tais documentos guardados sem maior preocupação pela instituição e pensando-os, desse modo, a partir dos contextos em que foram gerados e guardados, recolocando-os nos circuitos das memórias dos sujeitos que sobre eles depositaram sentidos, afetos e histórias. O nosso objetivo é, portanto, prover vida ao que até então era nominado de morto. O processo de ofertar um lampejo de vida não é exatamente fácil. É necessário, por intermédio de um ato retórico com cultura material, trazer à vida as pessoas que conviveram e significaram e, de certo modo, as circunstâncias que legaram à morte esses documentos.

A pesquisa tem buscado, tendo como referência os documentos institucionais, a análise dos aspectos que contribuíram para a construção do saber e do agir da assistência em sua relação com os alunos, considerados demandantes por direitos, ou seja, sujeitos que, em situação de vulnerabilidade social, necessitam contar com suportes materiais e financeiros para garantir sua permanência e êxito acadêmico. Além do mais, enfatiza que, para além da formalização e garantia de direitos (discurso marcadamente moderno), há forte apelo subjetivo na construção de critérios de seleção de estudantes, os quais são considerados e articulados como critérios e saberes técnicos.

Tomamos como referência a noção de documento em sua totalidade e abrangência que torna evidente a necessidade cultural de expressão humana:

Segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana (BELLOTTO, 2006, p.35).

Assim, conseqüentemente, entendemos que os variados documentos que a instituição guardou e preservou separadamente dos circuitos de uso corrente compõem o que temos nomeado por acervo. Em relação à pesquisa, tal conjunto de documentos encontra-se em fase de organização e análise com o objetivo de diagnosticar a composição qualitativa e quantitativa.

A questão “De que acervos estamos falando?” é necessária, tendo em vista a natureza dos documentos analisados e sua relação com a temática da pesquisa. Grosso modo, o acervo é composto de coleções escolares, uma adaptação do termo *cultura escolar* tomado de empréstimo de Magda Vicente (2010). O acervo é composto por diferentes e variados documentos, dentre eles livros de atas, controles de estoques, inventários, medalhas, troféus, quadros de formaturas, diários de classe, livros de acompanhamento de alunos, projetos de pesquisa e extensão, questionários de estudos sociais para ingresso nos benefícios, fichas disciplinares (especialmente de alunos em regime de internato – moradia estudantil), documentos e cadastros de funcionários, livros de matrícula e emissão de diplomas, dentre outros. A diversidade documental sinaliza a potência da análise sobre a vida institucional a partir dos vestígios e restos de um passado, de uma cultura inventada e reinventada em diferentes momentos e contextos. A análise a partir dos fragmentos documentais permite pensar a rerepresentação das relações distantes no tempo.

No artigo, passamos a analisar o acervo, particularmente o documental, sob o ponto de vista relacional entre sujeitos e instituições e, ainda, dos modos como os objetos documentais circulam e são acionados como testemunhos documentais. Aproximamos, neste ponto, da ideia defendida por Ulpiano Bezerra de Meneses, quando afirma que

os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos (MENESES, 1998, p.91).

Nosso objetivo, nesse contexto, é justamente compreender como e quais memórias são evocadas por intermédio dos artefatos, uma vez que o sentido dos objetos é revelado por meio

das relações travadas entre os sujeitos e os artefatos. Os sentidos e valores serão desvelados, necessariamente, a partir de um prisma relacional. Se compreendermos também que os objetos podem ser considerados, em determinadas circunstâncias, como extensões das próprias pessoas – que os fabricaram, curaram, utilizaram e descartaram –, quando damos a oportunidade de ouvi-los, em realidade, estamos projetando vida em documentos que até então eram considerados mortos do ponto de vista conceitual.

Apontamos para a importância de tais relações na análise de contextos particulares quando objetos e documentos são ativados como se fossem biografias não redigidas, que servem como referências/indicadores de trajetórias individuais e institucionais para aqueles que conseguem falar a língua dos objetos. Ao nos referirmos à língua dos objetos, apropriamo-nos aqui de Gonçalves (2013), que compreende que a alma das coisas pode ser capturada por aqueles que conseguem falar a língua dos objetos. Mesmo que desaprendamos a falar essa língua, ainda “é provável que a alma das coisas ainda nos afete secretamente” (GONÇALVES, 2013, p. 8).

Em sua constituição como objeto de pesquisa, o acervo documental se torna uma fonte infinita de possibilidades de análise, uma vez que é possível refletir sobre a trajetória de vida dos documentos, a agência dos objetos em sua relação com a dinâmica institucional e, sobretudo, sobre o quanto servem de elemento de coesão, como dispositivos que fixam e fazem evocar memórias. Entendemos aqui, apoiando-nos em Gonçalves (2013), que os objetos têm, portanto, alma e são, ao mesmo tempo, produto e produtores de relações:

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma “alma”, de um “espírito”, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. Essa possibilidade nunca desapareceu completamente de nosso horizonte moderno (GONÇALVES, 2013, p.8).

Igualmente, compreendemos que esses objetos, circunstancialmente, são considerados como extensões do corpo das pessoas e, por esse espectro, compreendemos que esses objetos têm uma biografia que merece ser desvelada.

A instituição investigada se adequou a diferentes políticas governamentais desde sua fundação, adaptando-se às orientações e diretrizes estatais emanadas dos diferentes

Ministérios aos quais esteve vinculada. É por esse motivo que suas nomeações ao longo dos anos estiveram e ainda estão em transformação: Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923), Aprendizado Agrícola do Rio Grande do Sul (1934), Aprendizado Agrícola Visconde da Graça (1939), Escola Agrotécnica Visconde da Graça (1947), Colégio Agrícola Visconde da Graça (1964), Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (não encontrado) e, atualmente, *Campus Pelotas – Visconde da Graça* (2010).

O acervo estudado se localiza no atual *Campus Pelotas – Visconde da Graça* (CaVG) que, desde o ano de 2010, ao se desvincular da Universidade Federal de Pelotas, passa a integrar como um *Campus* à rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A estrutura dos Institutos Federais é descentralizada, possuindo uma Reitoria geralmente situada em cidade estratégica ou, mais comumente, nas capitais dos estados. No Rio Grande do Sul, existem três Institutos Federais, sendo o CaVG ligado ao IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense), cuja reitoria se localiza em Pelotas e totaliza 13 *campus* espalhados em diferentes municípios do estado.

A densidade histórica da instituição, embora brevemente apontada, fez-se necessária por duas razões: em primeiro lugar, para se observar a diversidade de orientações das políticas de educação estatais que já aderiu ou se viu obrigada a fazê-lo e de seus respectivos impactos; e, em segundo lugar, para enfatizar que, muito além de nomeações específicas, a instituição pensa e atua sobre e a partir de pessoas (DOUGLAS, 2004). Assim, entende-se que as diferentes políticas nacionais conjugadas com as práticas locais permitiram que na instituição fossem mantidas certas características que a singularizaram frente outras, permitindo a constituição de um tipo próprio de acolhimento institucional e gestão assistencial, que se tem nomeado de política de assistência em nível local.

A compreensão do acervo do CaVG no seu próprio contexto de constituição supõe sua existência como um *lugar imaginado*, nos termos de Trajano Filho (2010), ou talvez itinerante, já que vem ocupando espaços variados ao longo dos tempos na instituição.

Como os nomes que são construídos pela memória e pela imaginação, os lugares não precisam ter a concretude que o senso comum lhes atribui. Neste sentido, podemos então dissociá-los da ideia naturalizada de território físico e alcançar um novo entendimento sobre a chamada desterritorialização das culturas (*idem*, p. 17). [...] O vínculo entre pessoas mediado pelos lugares é tão extremo que se estende além da vida e do tempo (*ibidem*, p. 19).

Recentemente, quando da constituição do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura – NEPEC⁴, é que o acervo vem recebendo algum tipo de tratamento (como higienização, organização, catalogação, controles de umidade e temperatura dentre outros). É no acervo que se pretende documentar (no sentido de torná-lo objeto documental) as dinâmicas institucionais vivenciadas a partir de 1922, quando tem início a construção do Patronato Agrícola Visconde da Graça. O processo em andamento, que integra pesquisadores com interesses distintos, procurará transversalmente dar conta de diferentes contextos de atuação institucional em seus múltiplos vieses. Contudo, para fins deste artigo, a pesquisa documental irá abarcar todos os que dizem respeito à atenção ao estudante, focando-se igualmente nos sujeitos responsáveis pela condução de tais políticas em nível local (professores, assistentes de alunos, diretores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros).

Os documentos coletados e guardados, desde a fundação da instituição, expõem diferentes questões que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. A primeira delas diz respeito à preocupação com a memória do lugar e das dinâmicas institucionais: “Quais foram as razões que levaram as pessoas a selecionarem, guardarem e manterem um espaço com tais objetos e documentos?”. A segunda questão diz respeito aos critérios de seleção que orientaram essas pessoas na tomada de decisão: “O que é digno de guardar e preservar e o que deve ser descartado? Quais objetos/documentos são dignos de preocupação com sua continuidade?” e “Quais são as intencionalidades que freiam a inevitável rota do descarte?”. A terceira questão versa sobre o método em si da etnografia documental⁵ ou de uma antropologia do objeto documental: “Como analisar a vida/a alma dos objetos e documentos?”

⁴ O Núcleo se organizou em 2012 a partir de reflexões provindas do Projeto de Extensão Visitando, que tinha por objetivo facilitar o acesso de grupos subalternos à educação profissional. Ainda em 2012, começaram a ocorrer reuniões em grupo de estudos em que se debruçava sobre a compreensão das dinâmicas culturais de grupos populares e de comunidades rurais. Surge da necessidade de diálogo e articulação dos saberes próprios das Ciências Humanas, bem como da interlocução destes com outras áreas do conhecimento no atual *Campus Pelotas – Visconde da Graça*. Em 2014, passou a abrigar o acervo histórico do CaVG diante das preocupações em torno da memória e da preservação do patrimônio cultural da instituição. Assim, desde sua constituição o acervo tem motivado a realização de projetos de pesquisa e extensão especialmente pela riqueza e diversidade documental. O NEPEC detém a guarda do acervo do CaVG e desde então é responsável pela higienização, organização, acondicionamento e regulamentação da pesquisa e acesso aos documentos, objetos e imagens disponíveis.

⁵ Tomamos por base metodológica a etnografia documental, forma de abordagem da realidade a partir de documentos e que se debruça na perspectiva do *estar com os documentos*, uma releitura da forma clássica do fazer antropológico.

Como interpretar os sinais que tais objetos representam? De que modo essas coisas contribuem para a pesquisa etnográfica?”

As questões supracitadas inquietam e projetam para o futuro da pesquisa, contudo pretendemos refletir, no escopo deste artigo, sobre os processos que contribuíram para a guarda de alguns documentos, investindo na relação entre objetos e as sociedades humanas. Vislumbramos, desse modo, a importância dos objetos como documentos, nos quais livros de matrículas, fotos de alunos em aulas práticas e competições, dentre outros objetos aparentemente banais, transformam-se em indicadores de uma memória institucional. Nessa mirada, compreendemos que os objetos servem e têm a potencialidade de evocar e fixar memórias em sua materialidade. Essa ideia de fixar memórias fazendo uso de inscrições e registros no universo material, no qual os objetos estariam inseridos, parte de Candau, quando afirma que

mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ela traduz a vontade de "produzir traços" (CANDAU, 2012, p.107).

A análise de um aspecto comum da burocracia estatal – o arquivar – aponta para aspectos relevantes da memória institucional, em que pese as relações de poder que orientaram tais atos cotidianos. Em uma dimensão social, porém, é possível verificar, por parte de alguns empreendedores memoriais, a vontade de reter e dar continuidade à memória do lugar e dos sujeitos sociais que partilham daquele espaço. O acervo se constituiu ao longo dos anos por servidores que, por razões as quais desconhecemos, ao menos inicialmente, tornaram-se guardiões de objetos e documentos de toda ordem. A composição quantitativa ainda está em curso, todavia, de modo amplo, podemos afirmar que o acervo está composto por aproximadamente: 2000 imagens fotográficas; 25 quadros de formandos; 600 *slides*; Cartões-ponto de funcionários/safristas referentes ao período de 1956 a 1990; Relatórios anuais das décadas de 1920, 1930, 1940, 1960 e 1970; Livros de correspondências expedidas das décadas de 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000; Correspondências recebidas das décadas de 1970, 1980 e 1990; diferentes livros pontos de servidores das décadas de 1920-1950 e 1980-1990. Destacam-se, ainda, os registros de convênios e contratos

firmados, de modo especial, com o Governo Alemão na década de 1970 para a construção do aviário modelo. Surpreende, ainda, o volume de diários de classe, que estimamos ser em torno de 3800 unidades, compreendendo diferentes períodos históricos. Igualmente, no acervo estão reunidos Livros de controle de entrada e saída de estoque e Livros de matrículas dos anos de 1923 até 1944, além de processos para solicitação de matrícula dos anos 1940. No que tange à Assistência Estudantil, dispomos de formulários de inscrição em benefícios das décadas de 1980 até os anos 2000, totalizando em torno de 400 processos.

Reiteramos, contudo, que ainda encontram-se em fase de identificação documentos não quantificados, os quais assinalamos como documentos administrativos e de gestão em geral. Igualmente, temos 30 troféus, exemplares do uniforme da banda, 35 flâmulas, objetos oriundos de laboratórios de física e química e dentre outros, como o relógio ponto, duas máquinas de escrever, aparelhos mimeógrafos e aparelho televisor.



Imagem 1 – Acervo documental NEPEC: parte dos objetos, troféus, equipamentos de laboratório e administrativos



Imagem 2 – Acervo documental NEPEC: relatórios anuais e correspondências recebidas



Imagem 3 – Acervo documental NEPEC: início do processo de transferência e reorganização

Um livro, alguns registros diários e um raminho seco

O relato que abre este item foi retirado do diário de campo da pesquisa em andamento. Apresenta o episódio vivenciado em janeiro deste ano, no momento em que estavam sendo higienizados e organizados em prateleiras documentos que haviam sido transferidos para o local em que atualmente está se estabelecendo o acervo institucional. Segue o trecho na íntegra:

No processo de transferência e guarda documental, lendo rapidamente adesivos e cadernos de registros diários a fim de enquadrá-los em alguma estante temática, me deparei com um caderno de anotações de uma assistente social, datado de 1985. O diário, que possuía as páginas enumeradas, chamou a atenção pelos detalhes das dinâmicas de trabalho, e pelo volume de atividades que cada dia suportava: reuniões, atendimentos a pais, alunos, visitas domiciliares, estudos de seleção para benefícios sociais, plantões técnicos e muito mais. Ao folhear, com a curiosidade própria de quem se vê em meio a uma infinidade de perguntas, fui surpreendida na página 15, com um raminho verde com algumas folhas já ressecadas, uma daquelas lembranças que queremos eternizar, pensei. Me peguei supondo o contexto que envolve o guardar, nas motivações que tenham levado a pessoa a tal ato. Seria de um aluno? Talvez de um colega de trabalho? De um filho? Estes sinais me fascinam e ao mesmo tempo me fazem pensar cada vez mais na importância e relevância da etnografia documental – das discontinuidades, dos fragmentos e dos significados que o guardar impõe.

Por que razão os seres humanos guardam seus objetos, documentos? E por que as instituições se veem obrigadas a arquivar documentos? E quando ambas se cruzam, como no caso extraído do diário de campo, quando são guardados objetos pessoais em documentos profissionais e, portanto, acervos públicos? Algumas tentativas para responder poderiam retomar a cultura como fonte de tais motivos, seja pela capacidade de transmissão geracional, seja pelo hábito ou pelo *apego devorador*.

Uma leitura possível seria a vontade de se eternizar por intermédio dos objetos que, via de regra, têm uma sobrevida maior do que a nossa. Por detrás de marcas, rastros e vestígios deixados intencionalmente no universo material, sejam eles em contextos institucionais ou não, há, mesmo que silenciosamente, uma vontade de que nós sejamos trazidos ao presente, mesmo na ausência. Como uma forma de sermos mantidos vivos, mesmo que em potência. Essas marcas (as folhas) são uma ilação possível, foram legadas hibernantes para que alguém no futuro recuperasse parte de sua vivência – embora a mensagem tenha sido deixada de

forma mais ou menos codificada, somente compreensível para aqueles que conseguem falar a língua dos objetos.

Os seres humanos se veem cercados de numerosos objetos, os quais nos acompanham e contam também um pouco de nossas histórias. Guardá-los, dito de outro modo, redundaria em transmitir sua permanência e perenidade, expressando desejos humanos de que estes possam um dia ser nossos locutores, conforme apresentado no argumento de Celina Mendoza (2005, p. 219): *“Guardamos estos objetos, en cambio, por eles mismos, porque son en sí mismos testimonio remanente de un presente que queremos recordar, ya que, como tal presente, no es susceptible de conservación”*.

Nesse sentido, deseja-se argumentar que os objetos falam por nós e para além de nós. Como já mencionado, eles podem possuir vida longa, certamente bem maior que a humana – incluindo os frágeis papéis que, se adequadamente conservados, podem escapar da deterioração, do perecimento e do conseqüente desaparecimento. É possível pressupor que seja isso o que ocorre quando se depara com um acervo (ou mais precisamente quando se contribui para a constituição de um), ou seja: de que os objetos ali dispostos são símbolos de relações muitas vezes já inexistentes, representantes de relações imateriais emaranhadas nos vestígios materiais. Aqui se alia o conceito de semióforo, tão bem sistematizado por Pomian (1984, p. 71): *“objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura”*. Tais objetos são, portanto, indicadores que conectam o visível ao invisível, este último muitas vezes distante no tempo e no espaço. Do mesmo modo, estreitam relações muitas vezes consideradas como dicotômicas: o perto e o longe, o vivo e o morto, o potencial e o real, o passado e o presente.

Os objetos documentais permitem a abertura para outros níveis de apresentação e compreensão do social, integrando o objeto num contexto situacional, que impede sua percepção como algo estático e dado em si mesmo: *“os objetos são referências e, ao mesmo tempo, conseqüências da construção cultural”* (SILVEIRA; FILHO, 2005, p. 41). A defesa do objeto como elemento de mediação, conforme apontado por Silveira e Filho (2005, p. 37) evita *“isolamento da cultura na ação”*, e resgata outras dimensões da práxis humana. Particularmente, adotar essa perspectiva metodológica tem sido um grande desafio diante da ausência de um narrador que ordene, defina e situe temporal e geograficamente eventos,

nomes etc. Compreendemos, portanto, que a potencialidade de semióforo, quer seja, de criar pontes entre o visível e o invisível, torna-se mais potente se tivermos lastro ou registros do contexto em que esses objetos foram criados, usados, significados e valorados – em seu contexto relacional, conforme dito. Do ponto de vista comunicacional, somente conseguimos ler e compreender algo se houver uma compatibilidade de códigos entre quem deixa o vestígio e aquele que pretende lê-lo, dentro de um mercado simbólico mais ou menos convencionalizado. Talvez por isso o ramo de folhas secas seja tão difícil de ser significado.

O estranhamento vivido neste tipo de experiência etnográfica não se encontra em familiarizar ou exotizar o *outro*, atitude muito comum da prática etnográfica, mas de conceber os sentidos que podem ser extraídos de objetos e documentos e, desse modo, experimentar num mesmo território o que foi, o que poderia ter sido, o que é e o que poderá ser. As coleções não são assim prenes de significados, já que não há sentido acabado, mas sim sentidos em devir, os quais poderão ser explicitados, reinventados ou omitidos.

As possibilidades de análise colocadas ao vivenciar a construção de um acervo evocam sentidos de temporalidade, pois em um mesmo lugar (enquanto porção territorial na qual se encontra o acervo) há a sensação de transportar-se numa espécie de linha imaginária de eventos, histórias e trajetórias, cujo pano de fundo, a duração, determina momentos sem, contudo, constituir uma sucessão, mas antes uma sincronia.

As teias de conexões e sentidos estão, portanto, prestes a serem construídas: não há assim uma interpretação *a priori*, orientada por uma causa da qual resultará uma consequência. As trajetórias de estudantes e funcionários se cruzam e nesses pontos de contato são feitos pequenos nós que possibilitam situar causos e histórias, apontar fotografias e enfatizar aspectos de trajetórias pessoais e de outros, tudo permeado pela passagem de alguns anos em uma instituição de ensino. É possível, nesse sentido, apresentar o caso de um ex-aluno, que narra de modo marcante a importância e a reorganização da trajetória de vida a partir do ingresso no internato da escola investigada. O pano de fundo da narrativa se apoia nas lembranças e imagens cuja ativação se dá particularmente na apresentação de três fotografias, pontos de segurança nos quais é possível conectar e dar sentido à memória, impondo uma sequência lógica e temporal ao que se desejava narrar. Nesse enfoque, compreendemos que

objetos ou coisas sempre remetem lembranças de pessoas ou lugares, de uma simples fotografia até um marco arquitetural. Ao proporcionar a conexão com

o mundo, os objetos mostram-se companheiros emocionais e intelectuais que sustentam memórias, relacionamentos e histórias, além de provocarem constantemente novas ideias (DOHMAN, 2013, p.33).

No caso do ex-aluno que desejamos apresentar, a aproximação da escola foi motivada a partir da frequente investida de sua professora de nível primário, que possuía contato no colégio investigado. Tal professora orientou a família de nosso interlocutor, conduzindo-o ao universo formal institucional que diz respeito aos processos de seleção (naquele contexto, a prova de conhecimentos gerais). O relato foi curioso e a memória de seu ingresso na instituição é marcada por uma pausa: “Tu sabias que eu tomei a minha primeira *coca-cola* quando eu passei na prova do vestibular do CaVG?” O *tomar coca-cola* se constitui como um emblema frente ao contexto de origem de nosso interlocutor – o de pertencimento a comunidades rurais – levando-nos a sugerir que, a partir daquele, instante ele passava a fazer parte de um novo universo, uma vez que seu ingresso numa nova rede ocorrera através da inclusão em formas de sociabilidade urbanas caracterizadas pelo consumo de bens, alimentos, gostos, etc. No mesmo compasso, percebemos que as memórias são construídas e reconstruídas em uma rede heterogênea em que são tecidos juntos acontecimentos, lugares, pessoas e objetos.

O interlocutor apresenta, na continuidade da entrevista, um tanto quanto emocionado e com um sorriso que disfarça a voz embargada, o relato de suas despedidas quando seu pai o visitava no internato. O longo caminho na estrada de chão que o pai tinha a percorrer a pé até o ponto de ônibus mais próximo (aproximadamente cinco quilômetros) e, por outro lado, a espera paciente e silenciosa de nosso informante que ficava a esperar na frente do portão da escola até que o pai desaparecesse de seus olhos, registra igualmente um novo marco na separação e distância imprimida a partir do ingresso no internato. A instituição, nesse sentido, poderia marcar a extensão contínua de uma separação social, cultural, econômica e intelectual desse sujeito em relação à sua vida pregressa.

A situação brevemente relatada acima faz pensar sobre os sentimentos que os objetos evocam e sua participação como aportes vivificadores das memórias. A biografia do jovem, ao mesmo tempo em que se fixa nos objetos, é despertada por intermédio destes, em uma relação bilateral e intersubjetiva. Aliar a discussão dos objetos, dos documentos e das imagens presentes no acervo institucional é, no caso deste estudo, fundamental para a análise dos sentidos que a assistência tomou na vida e na trajetória de indivíduos e da própria instituição.

As recordações se amparam nos objetos, nas fotos, nos documentos fora de circulação corrente. Sua tramitação tem uma trajetória e um tempo previsto para cessar. Os caminhos que seguiram nem sempre foram previstos por aqueles sujeitos que os guardaram. Sem a intenção de constituir-se como acervo, seguiu em silêncio, acomodado em cantos remotos, muitos deles invisibilizados diante das dinâmicas institucionais. Contudo, ganham força quando evocados em narrativas, sendo em outras situações, igualmente potentes, ativadores de histórias, já que trazem marcas que são lembradas e que insistem em cobrar que não os abandonemos, mesmo fora de circulação utilitária e administrativa/burocrática.

O conjunto de documentos encontrados soterrados, jogados sem qualquer preocupação nas instituições – e no caso deste trabalho de campo, numa instituição centenária – coloca em evidência um paradoxo: se, a rigor, as coleções iniciam sua existência quando perdem seu valor de uso e, passam, portanto, a circular num universo particular de significados culturais, como é possível pensar na constituição de uma coleção quando os objetos que comporiam o universo da cultura material são esquecidos e deixados ao tempo, sem tratamento ou cuidado? As lembranças e memórias que são compartilhadas nas narrativas orais são capazes de acionar essas mesmas coleções que se encontram soterradas, dotando-as de sentido e relativa autonomia?

A reflexão sugere a agência dos objetos e sua capacidade mobilizadora em torno da formação de coleções. A partir de observações etnográficas, percebeu-se um elemento agregador de pessoas e grupos: seriam os objetos e fotos – documentos – capazes de mobilizar as vozes e os significados, atribuindo novo *status* ao chamado arquivo morto? Seria possível, através destes, dar-lhe um sopro de vida fazendo-o respirar vivamente? Defendemos que as possibilidades de diálogo entre o visível e o invisível se dão quanto mais contextos o objeto carregar, quanto mais diálogo com aqueles que viveram e conviveram for possível estabelecer. Só assim será possível estabelecer um novo sopro de vida ao objeto, aos documentos.

Para tratar da agência dos objetos, inspiramo-nos em José Reginaldo Gonçalves quando compreende que

a sugestão é que sem os objetos (materiais) não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas. Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, sejam eles retirados de circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursivos das coleções, museus e patrimônios; o fato importante a considerar aqui é que eles não apenas

desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam a percepção que temos de nós mesmos individualmente e coletivamente (GONÇALVES, 2007, p. 27).

Nesse ponto, busca-se aproximação com Ulpiano Bezerra de Meneses (1998), quando apresenta a categoria *biografia dos objetos*: “A bibliografia recente sobre memória tem investigado de maneira fragmentária e tímida o papel central dos objetos materiais nos processos de rememoração, que ocorrem num universo que é tanto de palavras quanto de coisas” (*idem*, p. 90). Na sequência, a pergunta formulada pelo autor contribui com este estudo na medida em que explora a riqueza do objeto como *suporte de informação*: “que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?” Para Meneses, as narrativas sobre os objetos são valiosas, pois recompõem sua vida e os recobrem de significados: eles (os objetos) não mentem. Trata-se de um discurso de inferência (MENESES, 1998, p. 91), de uma narrativa sobre o objeto capaz de construí-lo. Daí se depreende a importância do objeto como *suporte de informação* (MENESES, 1998, p. 91).

Importa insistir, conforme já referenciado, que os objetos possuem uma “trajetória, uma biografia” (MENESES, 1998, p. 92) sendo, portanto, condição fundamental sua análise na *interação social*. Assim, seriam os objetos portadores de sentido e representação, como já se afirmou – semióforos (POMIAN, 1984, p. 71). Os sujeitos se veem, contam histórias, rememoram o contexto em que a imagem foi realizada, deslocam suas mãos apontando com os dedos para indicar amigos, familiares e desafetos... E, por essa razão, as imagens são apresentadas com tamanha relevância.

Ainda, apropriando-se das contribuições de Meneses (1998, p. 95), quando aborda “a dimensão pessoal do artefato”, consideramos que além de dialogar com as marcas da individualidade que se apresentam nos objetos, tais sentidos só se completam quando inseridos nas relações sociais que as revestem de sentido e significados: “A identidade pessoal, como todo processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o ‘eu’ se define, sempre, diante do ‘outro’, de preferência na escala de grupos ou sociedades” (*idem*).

As contribuições de Susan Pearce (2005) se somam à reflexão diante da necessidade que expõe de se investir mais detidamente na documentação dos objetos, para além de sua conservação: “Os objetos incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na

sociedade: nossa tarefa é a elucidação de abordagens através das quais isso possa ser recuperado, uma contribuição única que as coleções museológicas podem dar para a compreensão de nós mesmos” (PEARCE, 2005, p. 13).

No que diz respeito à importância dos objetos para a (re)construção da memória, refletimos acerca das dinâmicas encontradas em campo. A questão que se aproxima dessa reflexão pode ajudar: por que os quadros de diretores permanecem pendurados e os de estudantes formados são invisibilizados e relegados à busca solitária de um ou outro ex-aluno?

A discussão trazida por Mário Chagas (2002) é pertinente, pois menciona que além de se desejar a construção de determinado discurso sobre a memória e a história oficial, a escolha de tal universo de objetos e documentos a serem vistos não é aleatória: “nenhuma forma de relação com o passado é, em si mesma, emancipadora ou coercitiva” (CHAGAS, 2002, p. 45). Em suma, é uma construção feita e orientada por grupos e seus interesses. Trata-se de um jogo de esquecer e lembrar, oriundo de relações de poder que muitas vezes não são conscientes e premeditadas. Nas palavras do autor:

O poder em exercício empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma concepção de mundo, mas como o passado é um não-lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas. O tesouro perdido não está no passado, está perdido no presente, mas importa lembrar (ou não esquecer) que ele pode surgir abruptamente incendiando os vivos (CHAGAS, 2002, p. 67).

Por fim, argumentamos que a proposta de constituição do acervo nos tem colocado diante de vários desafios, entre eles o de pensar que história e que memória desejamos reapresentar. As escolhas que faremos impactarão certamente no que desejamos esquecer e nas nuances que desejamos fortalecer. O vozerio que temos escutado, desde o início do trabalho, nos mobiliza para tornar essas vozes presentes nas narrativas até então construídas pela instituição. A percepção de outros sujeitos, de outras histórias e as pontes que estão sendo construídas apontam para um horizonte ainda não totalmente claro, mas não mais invisível. Debruçar-se sobre os documentos tem, de muitos modos, permitido o transbordamento e a consolidação de narrativas antes soterradas e minimizadas por questões consideradas mais relevantes para serem contadas.

Considerações finais

As reflexões aqui realizadas desejaram colocar em evidência a capacidade de acionamento das memórias de sujeitos e instituições através da materialidade dos objetos documentais. A etnografia documental e o *estar com* os documentos e objetos do/no acervo tem possibilitado compreender os sentidos evocados na realização do trabalho de campo.

O campo de assistência ao estudante, ênfase que levou a buscar os objetos documentais, tornou possível vislumbrar a densidade da memória institucional e dos significados que foram sendo acionados por interlocutores e pesquisadores, sobretudo no apontar fotografias, locais, vestimentas, dentre outros objetos e cenas cotidianas, as quais se cruzam em meio a narrativas e histórias. Buscar o invisível, flertando com o visível, dos significados que os objetos (visíveis como as fotos e cadastros de funcionários e alunos evocam) são capazes de representar foi a busca desta reflexão teórica.

O acervo perspectivado neste artigo ainda está se fazendo do ponto de vista institucional e patrimonial. Portanto, acreditamos que não se configura como uma coleção propriamente dita. Para vir a ser, precisa atravessar ainda os processos técnico-científicos de salvaguarda (documentação, conservação e pesquisa) e a necessária extroversão – de sorte que esse acervo seja apropriado, significado e usado amplamente, princípios basilares para o efetivo processo de patrimonialização. Na medida em que é uma coleção em potência (no sentido do vir a ser), não há lugar que os olhos possam atingir e apreciar, visto que não existem cuidadores e defensores e tampouco informações e pesquisas suficientes. Poucos na instituição sabem da existência do acervo, muitos narram histórias com luvas, mal cheiro e insetos, mas poucos, bem poucos, têm a dimensão exata do que tais documentos e objetos evocam. Sua plêiade de significados ainda está para ser explorada e construída. As fronteiras entre visível e invisível ainda não foram sequer cortadas para serem ressignificadas ou recortadas. O que se sabe é que tais objetos, embora ainda não se configurem como uma coleção em todas as dimensões pretendidas, já desempenham primordial papel na produção de significados e na ativação de memórias, participando de modo determinante no intercâmbio entre o mundo visível e invisível.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, n. 19, p. 35-67, 2002.

DOHMAN, Marcus. **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

FILHO, Wilson Trajano (Org.). **Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: Athalaia, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; BITAR, Nina Pinheiro e Guimaraes; SAMPAIO, Roberta (Orgs.). **A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**. Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, p. 218-228, jan./jun. 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, n. 21, 1998-1.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos caminhos do deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)**. 2010. 298 fls. Tese (Doutorado)– Universidade Federal da Bahia. 2010.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi – Memória-História**. Lisboa: Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1984.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; FILHO, Manuel Ferreira Lima. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

VICENTE, Magda Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. 2010. 157 fls. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Pelotas. 2010.